CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ
FOLHA DE PRESENÇAS

REUNIÃO DE CÂMARA ORDINÁRIA DO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2018

PRESIDENTE DA CÂMARA	*José Rodrigues Paredes*
VEREADOR	*Luís Miguel Gonçalves Rodrigues*
VEREADOR	*Vítor Emanuel Cardoso dos Santos Ferreira*
VEREADOR	*Luís Henrique Grácio Azevedo*
VEREADORA	*Sónia Andrea Rodrigues Pereira Pires*
VEREADORA	*Maria Margarida Marinheira Dias Cascarejo*
VEREADORA	*Mafalda Lopes Mendes*

SECRETARIADO POR: LUÍS FILIPE MANETA CARVALHO, **CHEFE DA DIVISÃO** ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Rua General Alves Pedrosa,n.º13 5070-051 Alijó | Tel. +351 259 957 100 | Fax. +351 259 959 738 |http://www.cm-alijo.pt | Email: geral@cm-alijo.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ

ATA N.º 25/2018

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO

LOCAL DA REUNIÃO: PAÇOS DO MUNICÍPIO – GABINETE DO SR. VICE-PRESIDENTE

HORA DE ABERTURA: 09h30 HORAS

PRESENÇAS

VICE-PRESIDENTE: VITOR EMANUEL CARDOSO DOS SANTOS FERREIRA

VEREADOR: LUÍS MIGUEL GONÇALVES RODRIGUES

VEREADORA:SÓNIA ANDREA RODRIGUES PEREIRA PIRES

VEREADOR: LUIS HENRIQUE GRACIO AZEVEDO

VEREADORA: MAFALDA LOPES MENDES

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:

PRESIDENTE DA CÂMARA: JOSÉ RODRIGUES PAREDES

VEREADORA: MARIA MARGARIDA MARINHEIRA DIAS CASCAREJO

SECRETARIOU: LUÍS FILIPE MANETA CARVALHO, CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

HORA DE ENCERRAMENTO13H00 HORAS

ALIJÓ
Território de Origem Demarcada

ORDEM DE TRABALHOS

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Ponto 1.1 - Aprovação da Ata_24_2018 de 09-11-2018.
Deliberação: aprovada por unanimidade.

2. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Ponto 2.1 – Presente o resumo do diário da tesouraria referente ao dia 2018/11/22, apresentando um total de disponibilidades de 5.171.232,28€, sendo 4.104.353,19€ de dotações orçamentais e 1.066.879,09 € de dotações não orçamentais, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.
Deliberação: tomado conhecimento.

Ponto 2.2 – Presente informação n.º 2018/360 informando da necessidade de efetuar a 30.ª modificação aos DP2018, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.
Deliberação: tomado conhecimento.

Ponto 2.3 - Presente informação n.º 2018/364 referente à autorização de adjudicação referente ao concurso público para a empreitada "Reabilitação do Solar – Casa dos Nouras – obras de reabilitação (Casa Solar – Casa dos Nouras – Casa de Mostras e Amostras de produtos endógenos), que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.
Deliberação: aprovada, por unanimidade, a autorização de adjudicação, nos termos da informação técnica e seus anexos. Mais foi deliberado delegar no Presidente da Câmara competências para a assinatura do contrato.

Ponto 2.4 – Presente informação n.º 2018/373 informando da necessidade de efetuar a 32.ª modificação aos DP2018, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.
Deliberação: tomado conhecimento.

3. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – GESTÃO ORGANIZACIONAL

Ponto 3.1 – Presente informação n.º 2018/353 referente à emissão de parecer sobre as escalas de turnos de serviço permanente e de regime de disponibilidade das farmácias do concelho, para o ano de 2019, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.
Deliberação: aprovado, por unanimidade, emitir parecer favorável relativamente às escalas de turnos de serviço permanente e de regime de disponibilidade das farmácias do concelho, para o ano de 2019.

Rua General Alves Pedrosa,n.º13 5070-051 Alijó | Tel. +351 259 957 100 | Fax. +351 259 959 738 |http://www.cm-alijo.pt | Email: geral@cm-alijo.pt

Ponto 3.2 – Presente informação n.º 2018/361 referente à prescrição de dívidas referentes ao serviço de fornecimento de água – Lei n.º 23/96, de 26/07, na redação atual, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.
Deliberação: aprovado, por unanimidade, reconhecer/declarar a prescrição da dívida.

4. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO

Ponto 4.1 – Presente informação n.º 2018/29 referente ao programa de atribuição de subsídios e apoios às associações do concelho – apoio especial – à associação cultural Zés Pereiras de Sanfins do Douro, no valor de 700,00€, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.
Deliberação: aprovado, por unanimidade, a atribuição do apoio, no montante e termos propostos.

Para constar se lavrou o presente Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

==========

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Câmara em exercício (PPD/PSD.CDS-PP) cumprimenta os presentes.
Deixa votos de rápidas melhoras à Vereadora Margarida Cascarejo, que continua ausente por motivos de saúde.
Informa que o senhor Presidente da Camara não está presente porque está em Lisboa numa reunião com a AMVDN - Associação Municípios Vale Douro Norte.
Faz referência ao dia do Município, congratulando-se com a forma como correu, agradeceu a participação das juntas de freguesia, com a mostra dos seus sabores e saberes, dos grupos que ao longo do dia foram animando os visitantes, com os espetáculos culturais.
Agradece aos Bombeiros Voluntários de Alijó a cedência do espaço.
Realça que no dia 12, do corrente mês foi assinado o protocolo com a Associação Dignitude que operacionaliza o programa ABEM Rede Solidária do Medicamento.
Parabenizou a freguesia de Vilar de Maçada, pela inauguração da casa mortuária.
Informa sobre a abertura da caça aos tordos, este ano, o município distribuirá sacos para recolha dos cartuchos, para que o impacto ambiental seja menor, o município também irá distribuir e colocar em locais estratégicos contentores para proceder posteriormente á recolha dos cartuchos.
Relativamente á tempestade do último fim-de-semana, houve ocorrências com queda de árvores, que foram pontualmente resolvidas, em Vilarinho de Cotas e Vale de Mendiz.
Dá conhecimento da reunião que se realizou na sexta-feira no Porto, com o tema da eletrificação da linha do Douro.
O Município de Alijó reivindicou, uma alternativa rodoviária entre Pinhão e Régua, de maneira a coordenar os horários de trabalho da população que diariamente e com frequência utiliza este meio de transporte entre estas duas localidades.
Foi abordada também, nesta reunião, a questão da intervenção das passagens hídricas no Pinhão, nomeadamente a que se encontra junto á quinta do Bomfim, cujo projeto está em aprovação, pelo que se pronunciará brevemente sobre este processo.

Rua General Alves Pedrosa,n.º13 5070-051 Alijó | Tel. +351 259 957 100 | Fax. +351 259 959 738 |http://www.cm-alijo.pt | Email: geral@cm-alijo.pt

O Vereador Miguel Rodrigues (PS) cumprimentou os presentes e disse:
"- No passado dia 22 de novembro reuniu-se a Assembleia Municipal de Alijó, tendo aí sido dada a informação de que existe uma versão preliminar do Plano de Pormenor do Pinhão e que foram já pedidos pareceres a diversas entidades interessadas.
Estranho que, sendo a elaboração do Plano de Pormenor da competência da Câmara, nunca aqui nos tenham prestado esta informação. Assim, sendo esta Câmara desconhecedora dessa versão preliminar do Plano de Pormenor do Pinhão, aqui solicito que esse documento nos seja apresentado e que nessa apresentação estejam presentes técnicos do Município ou do gabinete que está a realizar este trabalho, para um cabal esclarecimento das opções técnicas vertidas nesta versão do Plano.
Solicito ainda informações sobre as entidades consultadas e quais foram os seus pareceres perante esta versão preliminar.
- Enalteço a tomada de posição unânime pela Assembleia de Freguesia do Pinhão, através da moção "O Pinhão não pode esperar mais", aprovada no dia 21 de novembro e da qual foi dado conhecimento na Assembleia Municipal.
Uma moção aprovada por unanimidade pelos eleitos dos vários Partidos representados na Assembleia de Freguesia e que demonstra coesão em defesa da urgente requalificação de que o Pinhão precisa.
A este nível, assisti com preocupação a algumas intervenções da bancada do PSD na Assembleia Municipal, enveredando por bairrismos serôdios, querendo colocar o norte do concelho contra o sul e demonstrando uma atitude hostil para com o Pinhão. Melhor seria que esses Srs. deputados municipais do PSD dialogassem com os seus companheiros de partido eleitos do Pinhão. Estes seguramente que explicariam porque votaram a favor da moção na Assembleia de Freguesia que defende uma intervenção urgente ao nível do espaço público na Vila do Pinhão, porque de facto "não pode esperar mais".
Interessa esclarecer que, quando defendemos a requalificação urbanística da Vila do Pinhão, não o estamos a fazer contra ninguém, mas sim a favor de todo o concelho de Alijó, que tem um interesse direto nesta requalificação, sendo o Pinhão um dos seus principais ativos e possível fonte de muitas oportunidades no futuro para todo o concelho.
- Iniciaram-se esta semana as obras de eletrificação e renovação entre as estações de Caíde e Marco na Linha do Douro. Naturalmente que, antes de mais, congratulo-me com as mesmas, sendo reabilitado e modernizado mais um troço desta Linha.
Interessa que o impacto da execução das obras para os utentes seja minimizado e que o prazo de execução (3 meses) seja cumprido.
Também nesta matéria, vejo com preocupação algum alheamento por parte do executivo permanente de Alijó, contrastante com a intervenção pública e atenta que outros autarcas da Região têm assumido, incluindo a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia do Pinhão.
- Também na recente Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara referiu-se ao processo judicial que havia sido interposto pelo município, em outubro de 2017, contra uma companhia seguradora, relacionado com a apólice de seguro de acidentes pessoais dos autarcas, relativamente ao acidente sofrido pelo anterior Presidente da Câmara em 2014, informando que o município está fora desse processo, mas não concretizou essa informação.
Solicito assim informação concreta sobre o estado desse processo e o teor da decisão que lhe pôs fim.

Rua General Alves Pedrosa,n.º13 5070-051 Alijó | Tel. +351 259 957 100 | Fax. +351 259 959 738 |http://www.cm-alijo.pt | Email: geral@cm-alijo.pt

- Tenho recebido informações que apontam para problemas no funcionamento do Centro Escolar de Alijó, designadamente por falta de aquecimento que não funciona, o que afeta o bem estar dos alunos, professores e auxiliares. O que se passa com o aquecimento do Centro Escolar?
- Ainda na educação, foi recentemente notícia no jornal "Correio da Manhã", que "após uma prova de corta-mato realizada no pavilhão em Alijó, mais de duas dezenas de alunos tiveram de ser assistidos no Centro de Saúde".
Nessa notícia foi citado o Sr. Vice-Presidente da Câmara referindo que "alguns dos participantes confessaram não ter tomado o pequeno-almoço, situação que contribuiu para o cansaço físico acusado durante a prova".
Esta notícia suscita algumas questões: a prova de corta-mato foi realizada no interior do Pavilhão Gimnodesportivo e porquê? Porque foi o Sr. Vice-Presidente a pronunciar-se sobre esta questão e não a Sr.ª Vereadora da Educação? De que forma estão os responsáveis do Agrupamento de Escolas (professores e direção) a preparar os alunos para uma prova que exige um grande esforço físico?
Esta é uma matéria que os representantes do Município devem, desde logo, colocar em sede de Conselho Geral e aí procurar explicações sobre as condições de organização desta prova, nomeadamente na falta de orientações junto dos alunos e respetivos encarregados de educação, relacionada com a alimentação adequada e necessária à participação na atividade.
- Foi ontem apresentado o estudo sobre a "Qualidade da governação local em Portugal", da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Este trabalho foi coordenado por Luís de Sousa, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, e António Tavares, da Universidade do Minho.
As suas conclusões são arrasadoras no que respeita ao Município de Alijó, colocando-o no lote dos municípios "fracos", onde estão apenas 16 municípios do continente.
Os restantes municípios são classificados de "capazes", "bons" e "líderes".
Alijó é o único município classificado de "fraco" no distrito de Vila Real e um dos três únicos do Norte do País com esta classificação.
O estudo é analisado em cinco dimensões - "Voz dos cidadãos e prestação de contas"; "Estabilidade Política"; "Eficácia governamental"; "Acesso e regulamentação do mercado" e "Estado de direito e prevenção da corrupção". São ainda tidos em conta 22 indicadores, como a transparência, gestão da dívida e procedimentos de contratação pública.
Este estudo é uma ferramenta para uma análise e reflexão sobre o que se tem feito ao nível da governação local em Alijó e terá de ser um incentivo para que se melhore o desempenho do município, onde se pode fazer muito mais e melhor.
- Não posso deixar de me referir ao ofício da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) de Alijó, remetido para a Assembleia Municipal, em que é denunciada uma quebra no apoio logístico, financeiro e administrativo prestado pelo Município a esta entidade.
Assisti perplexo à ridícula tentativa de a bancada do PSD bloquear o debate sobre este assunto na última Assembleia, pois trata-se de uma matéria de indiscutível relevância, atendendo à missão da CPCJ de promover os direitos das crianças e dos jovens e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.
Da intervenção do Sr. Presidente da Câmara sobre este assunto na Assembleia Municipal, ficou claro que existe um problema pessoal entre si e a Sr.ª Presidente da CPCJ de Alijó.
Ora, independentemente das pessoas que em cada momento exercem os respetivos cargos, não é admissível que subsista este clima de conflitualidade entre a Câmara Municipal e a CPCJ. Sendo certo que é à Câmara que compete prestar o apoio necessário ao funcionamento desta entidade e que o Município recebe verbas da Comissão Nacional para esse efeito.

Rua General Alves Pedrosa,n.º13 5070-051 Alijó | Tel. +351 259 957 100 | Fax. +351 259 959 738 |http://www.cm-alijo.pt | Email: geral@cm-alijo.pt

Considero particularmente preocupantes as afirmações do porta-voz da bancada do PSD na Assembleia Municipal, quando referiu ser a CPCJ de Alijó, não uma comissão de proteção, mas sim uma "comissão de perseguição de crianças e jovens", acrescentando que a CPCJ de Alijó tem um número de processos anormalmente superior aos restantes concelhos da Região.
Estas suspeições assim levantadas são graves, pois indiciam que existirão processos de promoção e de proteção na CPCJ de Alijó que se não justificam.
A competência para decidir da abertura e da instrução dos processos de promoção e proteção cabe à comissão restrita da CPCJ e desta faz parte a Sr.ª Vereadora da Ação Social, à qual aqui pergunto se votou contra algum dos processos abertos pela CPCJ de Alijó e o que tem a dizer sobre este assunto.
Deverá também o Sr. Presidente da Câmara, ou a Sr.ª Vereadora, solicitar esclarecimentos ao porta-voz da bancada do PSD na Assembleia Municipal, que é também advogado avençado desta Câmara, para que informe de que processos abertos abusivamente tem conhecimento, sob pena de se estarem a levantar suspeições graves sem fundamento.
- Foi no passado domingo inaugurada a Casa Mortuária de Vilar de Maçada. Congratulo-me com essa inauguração.
Lamento que os Vereadores da oposição não tenham sido convidados para esta cerimónia, tanto mais que o apoio da Câmara a esta obra foi aqui deliberado por unanimidade.
Sei que também a Junta de Freguesia de Vilar de Maçada não foi convidada, o que é estranho e inexplicável.
- Em Presandães há vários arruamentos que continuam esventrados há vários meses, depois das obras para abastecimento de gás natural. É tempo de reparar essas ruas.
Também em Presandães, há vários pontos de luz que continuam às escuras há demasiado tempo.
- Pergunto uma vez mais o que se passa com as piscinas interiores das Piscinas Municipais que nesta data ainda não reabriram.
- Na última reunião de Câmara, ficou a Sr.ª Vereadora Sónia encarregue de nos facultar os custos totais finais que o Município suportou com o concurso das "7 Maravilhas à Mesa", pelo que continuo a aguardar por essa informação.
- Foi já assinado o Protocolo de Colaboração com a Associação Dignitude para adesão do Município ao Programa abem: Rede Solidária do Medicamento, após deliberação aqui aprovada por unanimidade.
De que forma serão agora distribuídos esses apoios e selecionados os beneficiários?"

O Vereador Luís Azevedo (PS) cumprimentou todos os membros do Executivo presentes, endereçou uma saudação à colega Margarida Cascarejo ausente da reunião por motivos de saúde e dando continuidade à sua intervenção disse:
-Agradeço a todos que enviaram convites que me chegaram desde a última reunião de Câmara para participar e assistir aos vários eventos que foram acontecendo no nosso Concelho incluindo aqueles que por impossibilidade de agenda não me foi possível estar presente.
- Começo por referir a preocupação do PS relativamente ao troço que liga Soutelinho à Ponte da Ribeira. Este caminho agrícola constitui um eixo de ligação bastante utilizado por quem se desloca diariamente entre Sabrosa e Alijó. É no entanto bem visível o atual estado de degradação daquela via que a cada momento ameaça ruir e abater em alguns dos seus pontos, pondo em sério risco de segurança todos os utilizadores. Devemos todos aprender e tirar ilações dos acontecimentos que a nível nacional nos vão surpreendendo pela negativa, em relação aos quais a prevenção constitui a defesa mais adequada. Assim, questiono o Executivo Permanente sobre as medidas já tomadas bem

Rua General Alves Pedrosa,n.º13 5070-051 Alijó | Tel. +351 259 957 100 | Fax. +351 259 959 738 |http://www.cm-alijo.pt | Email: geral@cm-alijo.pt

como sobre as garantias de interdição total daquela via a todo o tipo de circulação. Solicito também informação sobre o plano de intervenção e manutenção e respetivo cronograma.
- Ainda relativamente à rede viária concelhia, quero aqui apresentar outra preocupação. Trata-se da estrada panorâmica que dá acesso ao Santuário de Nossa Senhora da Piedade em Sanfins do Douro. Também aqui se torna necessário e urgente decidir medidas preventivas para acautelar e garantir a segurança de todos quantos utilizam aquela via. Na verdade e a "olho nú", são visíveis danos estruturais ao nível do piso, dos muros de suporte e dos taludes daquela estrada panorâmica. A situação que descrevo requer uma análise especializada com carácter de urgência , que sustentem as decisões de uso (condicionado ou não) daquela estrada. Mais uma vez se salienta a necessidade de intervenção preventiva acautelando pessoas e bens que se movimentem na rede viária do Concelho de Alijó.
- Depois de lançado o concurso da estrada Cabêda - Cova de Lobos, solicito informação sobre a previsão de início dos trabalhos e duração temporal da empreitada.
- Na falta de um plano estratégico de intervenção ao nível das ETAR´s do Concelho, solicito o ponto da situação relativamente à ETAR de Vilar de Maçada, face a informações que evidenciam problemas de funcionamento daquela estrutura.
- A decisão de rever o processo de fusão das freguesias plasmado no programa de governo do Partido Socialista requer a abertura do debate sobre a divisão administrativa do território de modo a permitir aos municípios fazerem alterações ao mapa das Freguesias criado em 2013 pelo anterior governo PSD. Se por um lado se criam condições para devolver a voz aos autarcas, permitindo aos municípios desenharem o próprio mapa de freguesias do seu concelho é agora nossa obrigação crias condições para "reformar a reforma", avaliando a situação atual e reorganizar o território concelhio da melhor forma, com critérios que visem otimizar a eficiência e a gestão de proximidade, à luz das necessidades das populações. Assim, importa que o Município de Alijó ofereça desde já condições para corrigir (ou não) o mapa das Freguesias desenhado a regra e esquadro pelo procedimento atabalhoado do governo PSD e permitir o envolvimento das Assembleias de Freguesia num novo processo de revisão administrativa do território dirigido pela Assembleia Municipal. Fica o desafio!
- Não posso, nem quero acabar esta minha primeira intervenção sem abordar o tema "CPCJ", discutido na última Assembleia Municipal, fazendo desde já uma proposta ao Executivo Municipal aqui presente, para a criação de um "movimento de libertação" da Vereação permitindo acabar com a "lei da rolha" atualmente em vigor na Assembleia Municipal de Alijó, que obriga os Vereadores a estarem de boca calada durante as sessões não permitindo nunca a sua intervenção. Simplesmente ridículo! É por isso que me expresso em reunião de Câmara relativamente a um assunto já abordado em Assembleia Municipal: -Apenas para referir que considero inadmissível, enquanto munícipe e autarca que se tente evitar a discussão de informação que é enviada à mesa da Assembleia Municipal. Com efeito, independentemente da razão e do bom senso que as comunicações ou documentos possam transportar, matéria que deve ser avaliada pelos deputados municipais, nenhum documento enviado à mesa pode ser ignorado. Não posso ficar indiferente a este procedimento a que assisti calado e rejeito liminarmente qualquer tentativa de sonegação de informação por parte da Assembleia Municipal.

A Vereadora Mafalda Mendes (PPD/PSD.CDS-PP) cumprimenta os presentes e agradece todos os convites.
Alia-se ao Vice-Presidente nas felicitações à vila de Vilar de Maçada pela inauguração da casa mortuária, dando resposta a esta carência sentida pela população e mais dignidade na hora da despedida.

Rua General Alves Pedrosa,n.º13 5070-051 Alijó | Tel. +351 259 957 100 | Fax. +351 259 959 738 |http://www.cm-alijo.pt | Email: geral@cm-alijo.pt

Congratula-se com o Encontro de Ranchos organizado pelo rancho folclórico de Castedo do Douro, quer pela qualidade dos grupos convidados como pelo envolvimento da juventude da freguesia.
Dá conta que esteve presente no magusto organizado pela Associação Santo Mamede, este foi muito participado, mostrando o dinamismo e o envolvimento desta Associação com a comunidade.
Congratula-se com a forma alegre e participada como decorreram as comemorações do Dia do Município, deixando um agradecimento especial às Juntas de Freguesia, aos Ranchos Folclóricos de Sanfins do Douro e Santa Eugénia, ao grupo de Zés Pereiras de Sanfins do Douro, ao grupo Grucafa de Favaios e ainda aos Bombeiros Voluntários de Alijó
Faz menção ao dia 25 de novembro, Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, dada a importância do tema, a data foi assinalada com uma peça de teatro da URZE intitulada "Rosas de Sangue". Foram realizadas duas sessões, para o público escolar e para a comunidade. Relembra ainda que o Município acolheu no passado novembro um workshop da APAV no Auditório Municipal, envolvendo os técnicos na área social que trabalham em diferentes entidades do concelho.
Congratula-se com a implementação do Programa Abem - Rede Solidária do Medicamento, acredita esta medida social será de extrema importância para agregados que infelizmente devido à carência económica abdicam muitas vezes de comprar medicação.
Continua no uso da palavra para falar sobre a situação da CPCJ, informando que o apoio administrativo é assegurado pela trabalhadora Teresa Cardoso, o apoio técnico pela chefe de divisão Paula Narciso. Informa ainda que o fundo de maneio foi deliberado em Reunião de Câmara em janeiro deste ano e que foi comunicado à Presidente da CPCJ na reunião seguinte. Informa ainda que o carro disponível é o que também é utilizado pelos serviços de ação social quando são realizadas visitas domiciliárias. No entanto é preciso articular com os motoristas a disponibilidade para conduzir o veículo, embora por mais do que uma vez tenham sido as técnicas da Divisão de Desenvolvimento Social a fazer este serviço. Assegura que o sigilo dos processos está garantido, uma vez que só as técnicas, que conhecem bem as regras de ética e deontologia do serviço social, e os membros da comissão frequentam as instalações.
Em relação ao Programa ABEM informa que este arranca em 2019, mediante sinalizações que cheguem ao departamento de Ação Social Municipal. Todas serão analisadas aplicando a condição de recurso, aprovada em Reunião de Câmara, e em articulação com a Associação Dignitude.

A Vereadora Sónia Pires (PPD/PSD.CDS-PP) cumprimenta todo o executivo e o público presente. Remete rápidas melhoras à Vereadora Margarida Cascarejo e manifesta o seu agradecimento por todos os convites recebidos desde a última reunião.
Associa-se às palavras do Sr. Vice-presidente sobre os eventos ocorridos, enaltecendo as comemorações do Dia do Município e a assinatura do protocolo com a Associação Dignitude, para a concretização do Programa ABEM-Rede Solidária do Medicamento. No que diz respeito à inauguração da Casa Mortuária de Vilar de Maçada apresenta o seu agradecimento a toda a população e à Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia pela sua dedicação e empenho. Relativamente aos convites protocolares para a respetiva inauguração, acrescenta que só à Fábrica da Igreja dizem respeito, sendo este Município alheio a essa questões.
Na esfera da Educação, informa que as inscrições para a comparticipação de 30% dos livros escolares terminou e posteriormente os alunos/encarregados de educação terão de levantar o respetivo valor, impreterivelmente de 10 a 20 de dezembro, na tesouraria municipal.

Rua General Alves Pedrosa,n.º13 5070-051 Alijó | Tel. +351 259 957 100 | Fax. +351 259 959 738 |http://www.cm-alijo.pt | Email: geral@cm-alijo.pt

No âmbito do dia Internacional para a eliminação da violência contra mulheres comunica que no dia 23 de novembro, o público escolar de ensino secundário do Agrupamento de Escolas D. Sancho II- Alijó e do Agrupamento de Escolas de Murça assistiu a uma peça teatral "Rosas de Sangue", dinamizada pela companhia Urze. Esta peça permitiu sensibilizar o público presente para eliminação da violência contra mulheres e de comportamentos agressivos nas relações de namoro.
Dá nota que no dia 26 de novembro, esteve presente, em representação do Município, em dois programas televisivos. No programa "Manhãs na TV " transmitido em direto pela Kuriakos TV, e no Programa "Faz Sentido", transmitido pela SIC Mulher. Em ambos os programas televisivos, o objetivo foi divulgar o projeto pedagógico O Pai Natal Verde, de educação ambiental, que será apresentado em Alijó, no dia 13 de dezembro para todas as crianças do pré-escolar e alunos do 1º ciclo. Este projeto visa sensibilizar os mais novos para comportamentos ambientalmente responsáveis, alertando-os de algumas atitudes que caraterizam a época natalícia.
No seguimento da questão colocada sobre o Centro Escolar de Alijó, informa que não tem indicação por parte da escola, desses problemas apresentados. Relativamente ao aquecimento, informa que o técnico de AVAC já foi contactado e no período de tarde irá ao estabelecimento de ensino averiguar a anomalia. No que diz respeito às lâmpadas para os quadros interativos, acrescenta que o procedimento de contratação está a decorrer e logo que possível serão substituídas.
Relativamente às despesas sobre a segunda fase do evento 7 Maravilhas à Mesa, que decorreu em Albufeira, informa detalhadamente os montantes referentes a cada uma das despesas de: alojamento, aluguer do autocarro (claque 50 pessoas) e publicidade aérea.

O Vereador Vítor Ferreira (PPD/PSD.CDS-PP) presta os seguintes esclarecimentos:
No devido tempo irá apresentar o plano de pormenor para o Pinhão a todo executivo.
O processo judicial que envolve o Município e a seguradora Ageas terminou; vou solicitar ao Dr. Márcio que faça um levantamento dos desenvolvimentos do processo para enviar aos senhores vereadores.
Informou que na localidade de Presandães, ainda ontem solicitou a reparação dos pontos de luz avariados, nas ruas que já foram intervencionadas com a colocação das condutas para a instalação de gás. Acrescentou que já foi pedido que fossem finalizados os trabalhos.
Quanto á rede viária informou e mostrou fotos da sinalização inserida na estrada que faz ligação entre Soutelinho e Ponte da Ribeira, está dada como cortada, efetivamente houve alguns atos de vandalismo.
Na estrada da Senhora da Piedade, já houve uma visita ao local com técnicos, com a presidente de junta de freguesia de Sanfins do Douro, não estão sinalizados problemas; estamos a ponderar a limitação de trânsito nessa via.
No que respeita à reparação da estrada Cabeda a Cova de Lobos, o procedimento concursal está em tramitação.
Sobre a ETA de Vilar de Maçada comunicou que tem dois equipamentos que não estão a funcionar corretamente, e que o Município está a preparar um caderno de encargos para fazer um plano de intervenção estratégico geral, para todas as ETAR's do concelho.
No que concerne ao estudo que mede a qualidade da governação local, partilho da preocupação do Srº Vereador Miguel Rodrigues, sendo sempre preocupante quando o Município aparece numa posição negativa em qualquer tipo de avaliação. Contudo, é importante referir, mais ainda pelo aproveitamento político que o PS tem feito deste estudo, que os dados sobre os quais se debruça esta avaliação, são compreendidos entre o ano de 20013 a 2016, sem indicação se são por média deste intervalo de tempo, se são por ano especificamente. Lembrar também que o estudo versa sobre 22 parâmetros de

Rua General Alves Pedrosa,n.º13 5070-051 Alijó | Tel. +351 259 957 100 | Fax. +351 259 959 738 |http://www.cm-alijo.pt | Email: geral@cm-alijo.pt

análise com diferentes ponderações para o peso final, sendo que, os de cariz financeiro são os de maior peso, quase 10x mais que todos os restantes. Isto é, existem 6 parâmetros dos 22, que por si determinam efetivamente a avaliação, sendo estes, Divida Municipal, Transparência financeira, Transparência de contas, etc. Recordo ao PS que durante este período, o Município esteve sobre um programa de reequilíbrio financeiro, sendo que a dívida já vinha de mandatos anteriores, esses sim da responsabilidade de executivos do PS. Refiro mais ainda, que o peso desta dívida, não irá permitir nos próximos anos, infelizmente, que o município possa ter evoluções muito positivas, recordando que ainda no final deste ano o município foi condenado a pagar um valor próximo de 1,6 M€ respeitantes a obras de 2008, não liquidadas. Assim solicito que seja colocada na acta a listagem do estudo com os 22 parâmetros que foram analisados bem como a ponderação e peso de cada um, no cálculo final. Este executivo, não receia ser avaliado pela sua governação e qualidade de gestão, mas não assume a paternidade de problemas que herdou, que com muita competência e rigor tem vindo, quer no mandato anterior, quer neste, a resolver. Juntou a seguinte documentação:

aquele que tem a classificação "neutro" em todos os critérios. Finda essa seleção, os participantes procederam a uma comparação qualitativa entre esses municípios, usando sete categorias possíveis: "não", diferença "muito fraca", "fraca", "moderada", "forte", "muito forte" ou "extrema". Para tal, foi utilizado o *software* M-MACBETH, que permite que o GD preencha uma matriz de julgamentos categóricos e seja criada uma escala compatível (se os julgamentos forem consistentes). Os passos descritos foram repetidos para cada uma das cinco dimensões do índice, o que permitiu calcular os pesos dos critérios dentro de cada dimensão do modelo.

Para conseguir obter a pontuação global, ou seja, os pesos do índice (entre dimensões), o grupo procedeu à comparação de um critério de cada dimensão numa nova matriz de julgamentos (os critérios com pesos mais altos em cada dimensão foram arbitrariamente escolhidos para realizar essa comparação). Com este conjunto final de julgamentos, foi possível normalizar todos os pesos através de transformações lineares. Através deste procedimento bietápico, evitou-se que os pesos globais fossem calculados de uma só vez.

Os pesos globais do Índice de Governação Local são apresentados no Gráfico 2 (da Cruz e Marques, 2017). Como pode ser observado, a diferença entre as classificações "neutro" e "bom" no critério "A4 - Transparência das contas" tem maior impacto na pontuação geral. De igual modo, é possível observar que a dimensão "C – Eficácia governamental" é a que tem maior peso, seguida da dimensão "A – Voz dos cidadãos e Prestação de contas", "E – Estado de Direito e prevenção da corrupção", "B – Estabilidade política" e, finalmente, "D – Acesso e regulação do mercado". Com estes coeficientes de ponderação, os valores de referência apresentados no Gráfico 2 e a explicação detalhada dos descritores apresentados na secção III, pode-se avaliar a qualidade de governação de qualquer município Português.

Gráfico 2 Pesos do índice de governação municipal

44

Rua General Alves Pedrosa,n.º13 5070-051 Alijó | Tel. +351 259 957 100 | Fax. +351 259 959 738 |http://www.cm-alijo.pt | Email: geral@cm-alijo.pt

Capítulo III

Medir a qualidade da governação local: resultados

A 'qualidade da governação local' é um conceito complexo que, como vimos, compreende múltiplos princípios normativos nas mais variadas dimensões políticas e socioeconómicas dos municípios. A operacionalização e medição deste fenómeno necessita de um enquadramento destes princípios. Neste sentido, os princípios normativos utilizados como base para o desenvolvimento do 'Índice de Qualidade de Governação Local' serão explicitados e agrupados em cinco grandes dimensões e respetivos indicadores, que foram previamente identificados na revisão da literatura:

Dimensão A: Voz dos Cidadãos e Prestação de Contas

1) Participação ativa dos cidadãos nas reuniões da assembleia municipal
2) Influência dos cidadãos nas escolhas orçamentais dos governos
3) Capacidade dos munícipes e oposição em escrutinar os eleitos
4) Transparência das contas municipais
5) Transparência financeira

Dimensão B: Estabilidade Política

1) Taxa de participação em escrutínios eleitorais
2) Composição do governo local
3) Capacidade do governo local em gerar consenso político
4) Políticas de longo prazo

Dimensão C: Eficácia Governamental

1) Dívida municipal
2) Execução orçamental
3) Qualidade dos serviços de água para consumo
4) Qualidade dos serviços de águas residuais
5) Qualidade dos serviços de recolha de lixo
6) Investimento em serviços sociais, culturais, educacionais e recreacionais

Rua General Alves Pedrosa,n.º13 5070-051 Alijó | Tel. +351 259 957 100 | Fax. +351 259 959 738 |http://www.cm-alijo.pt | Email: geral@cm-alijo.pt

Dimensão D: Acesso e Regulação do Mercado

1) Competitividade dos contratos municipais
2) Tarifas dos serviços municipais
3) Receitas municipais

Dimensão E: Estado de Direito e Prevenção da Corrupção

1) Prazo médio para pagamentos de serviços, material e equipamento
2) Preferência por métodos contratuais transparentes
3) Qualidade dos contratos públicos municipais
4) Queixas dos munícipes relativas ao município e às suas entidades

Os resultados obtidos pelos municípios portugueses em cada um dos indicadores são apresentados e discutidos de seguida. As informações relativas aos anos de referência, e fontes dos dados, assim como o número de observações recolhidas estão disponíveis no Anexo 3.

1. Dimensão A: Voz dos Cidadãos e Prestação de Contas

A qualidade da governação local está intimamente associada às relações entre os munícipes e os órgãos políticos locais. Uma forte participação dos cidadãos nos processos políticos locais e uma comunicação transparente por parte do município permitem tornar os governos mais responsáveis e responsivos.

A1: Participação ativa dos cidadãos nas reuniões da assembleia municipal

As Assembleias Municipais são o canal institucional por excelência para a participação dos munícipes nestes processos políticos. Por esta razão, os indicadores de participação nas reuniões do órgão legislativo local são uma fonte essencial para medir a pressão exercida pelos cidadãos para resolução de problemas de governação local.

A construção desta variável baseou-se em dois indicadores: o (1) número de sessões com registo de intervenções do público de caráter individual; e (2) número de sessões com registo de intervenções de organizações da sociedade civil de caráter local. Os níveis de participação foram codificados de acordo com os seguintes critérios:

Nível 1: Intervenção de cidadãos em nome individual em pelo menos cinco sessões da assembleia municipal, e intervenção de organizações da sociedade civil em pelo menos três sessões;

Nível 2: Intervenção de cidadãos em nome individual em pelo menos cinco sessões da assembleia municipal;

Rua General Alves Pedrosa,n.º13 5070-051 Alijó | Tel. +351 259 957 100 | Fax. +351 259 959 738 |http://www.cm-alijo.pt | Email: geral@cm-alijo.pt

==========

Antes de serem colocados à discussão e votação os pontos da ordem de trabalhos, pelo chefe da Divisão Administrativa e Financeira foi dito:
"Solicita-se aos membros presentes que, nos termos do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na eventualidade de verificarem algum impedimento legal na presente reunião, de acordo com o artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, que o comuniquem e que se ausentem na respetiva discussão e votação."

==========

DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Ponto 1.1 - Aprovação da Ata_24_2018 de 09-11-2018.
Deliberação: aprovada por unanimidade.

2. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Ponto 2.1 – Presente o resumo do diário da tesouraria referente ao dia 2018/11/22, apresentando um total de disponibilidades de 5.171.232,28€, sendo 4.104.353,19€ de dotações orçamentais e 1.066.879,09 € de dotações não orçamentais, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.
Deliberação: tomado conhecimento.

Ponto 2.2 – Presente informação n.º 2018/360 informando da necessidade de efetuar a 30.ª modificação aos DP2018, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.
Deliberação: tomado conhecimento.

Ponto 2.3 - Presente informação n.º 2018/364 referente à autorização de adjudicação referente ao concurso público para a empreitada "Reabilitação do Solar – Casa dos Nouras – obras de reabilitação (Casa Solar – Casa dos Nouras – Casa de Mostras e Amostras de produtos endógenos), que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.
Deliberação: aprovada, por unanimidade, a autorização de adjudicação, nos termos da informação técnica e seus anexos. Mais foi deliberado delegar no Presidente da Câmara competências para a assinatura do contrato.

Ponto 2.4 – Presente informação n.º 2018/373 informando da necessidade de efetuar a 32.ª modificação aos DP2018, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.
Deliberação: tomado conhecimento.

Rua General Alves Pedrosa,n.º13 5070-051 Alijó | Tel. +351 259 957 100 | Fax. +351 259 959 738 |http://www.cm-alijo.pt | Email: geral@cm-alijo.pt

3. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – GESTÃO ORGANIZACIONAL

Ponto 3.1 – Presente informação n.º 2018/353 referente à emissão de parecer sobre as escalas de turnos de serviço permanente e de regime de disponibilidade das farmácias do concelho, para o ano de 2019, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.
Deliberação: aprovado, por unanimidade, emitir parecer favorável relativamente às escalas de turnos de serviço permanente e de regime de disponibilidade das farmácias do concelho, para o ano de 2019.

Ponto 3.2 – Presente informação n.º 2018/361 referente à prescrição de dívidas referentes ao serviço de fornecimento de água – Lei n.º 23/96, de 26/07, na redação atual, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.
Deliberação: aprovado, por unanimidade, reconhecer/declarar a prescrição da dívida.

4. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO

Ponto 4.1 – Presente informação n.º 2018/29 referente ao programa de atribuição de subsídios e apoios às associações do concelho – apoio especial – à associação cultural Zés Pereiras de Sanfins do Douro, no valor de 700,00€, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.
Deliberação: aprovado, por unanimidade, a atribuição do apoio, no montante e termos propostos.
==========

Por unanimidade dos membros presentes, e nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, as deliberações foram aprovadas em minuta.

APROVAÇÃO DA ATA

Depois de lida, a Câmara deliberou, em reunião do dia 12/12/2018, aprovar a presente ata, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 57.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelo Vice-Presidente da Câmara, e por mim, chefe da Divisão de Gestão Organizacional desta Autarquia.

O Presidente da Câmara

José Rodrigues Paredes

O Chefe da Divisão de Gestão Organizacional

Manuel Jorge Pinto Laiginhas

Rua General Alves Pedrosa,n.º13 5070-051 Alijó | Tel. +351 259 957 100 | Fax. +351 259 959 738 |http://www.cm-alijo.pt | Email: geral@cm-alijo.pt